

## Martim Sanches e o reinado de Sancho II de Portugal: retratos do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro

Wilson Ricardo Miranda Gomes  
(Universidade do Porto - Faculdade de Letras)

### Introdução

Como o próprio título mostra, este trabalho tem como fonte-base o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Porquê?

Mais do que tudo pelo valor intrínseco da obra, que à época não encontrava paralelo na Europa – o que poderá motivar outro ‘porquê?’<sup>1</sup> – e devido ao interesse por uma personalidade tão fascinante como a do Conde D. Pedro, portador de cultura e erudição raras nos seus contemporâneos e com um percurso de vida que merece atenção. Deve ser devidamente acentuado que um nobiliário, como é o *Livro de Linhagens*, não se esgota em elencar nobres e monarcas. Possui um prólogo revelador de muitas das intenções do autor e que, neste caso, é riquíssimo, bem como construções narrativas que são um autêntico mosaico de histórias, lendas e memórias colectivas, que podem ser um espelho ideológico e valorativo de quem as escreve. Aqui, convém alertar que o conceito de autoria, na Idade Média, é bastante diferente do actual. O acrescento, a alteração e correcção posteriores ou o comentário de textos são vistos como processos naturais.

Inicialmente, o projeto seria estudar de forma genérica as construções narrativas do *Livro de Linhagens*, mas dada a dimensão da tarefa e o facto de já existirem alguns (bons) estudos sobre parte das narrativas referidas, porque não estreitar a objectiva às narrativas menos óbvias e menos analisadas? Foi assim que chegámos às narrativas em torno de Martim Sanches (figura obscura no panorama historiográfico português) e acerca do reinado de Sancho II (período alvo de bastante controvérsia). As escolhas não se deveram a nenhuma predilecção pela sombra, mas simplesmente ao facto de as ditas narrativas, no *Livro de Linhagens*, apresentarem uma visão diferente daquilo que a tradição historiográfica nos legou em relação a Martim Sanches e ao reinado de Sancho II. Por outro lado, pensamos também poder existir uma ligação entre os dois cenários, mais concretamente na abordagem da fidelidade vassálica e dos valores que isso compreende. Em suma, o objectivo central do trabalho é perceber os significados destas narrativas e a intenção do autor, D. Pedro Afonso, ao conferir-lhes uma roupagem própria.

Conscientes de que a tarefa não é simples, em virtude do *Livro de Linhagens* ser escrito numa linguagem repleta de simbologias vocacionadas para um quadro mental muito distante do nosso, não pudemos cingir a nossa análise às narrativas seleccionadas. O que nos propomos fazer é pensar a fonte a partir de um triângulo autor-obra-mundo. Dada a complexidade do *Livro de Linhagens*, sem reflectir sobre as intenções gerais da obra, o contexto social e político em que esta foi composta e o papel do autor no mundo

---

<sup>1</sup> “Não podemos deixar de relacionar a literatura genealógica portuguesa com uma manifestação de classe, estimulada pelas ameaças de dissolução que ela sente vir de vários pontos. [...] Os livros de linhagens adquirem assim um significado muito preciso. O contexto em que aparecem explica que em Portugal, em vez de assistirmos, como no resto da Europa, à decadência da genealogia, vejamos, pelo contrário, o seu desenvolvimento” (Mattoso 2001, 39-40).

coevo, torna-se estéril qualquer abordagem isolada de uma das suas narrativas. Por conseguinte, procurando espelhar isso na estrutura do próprio trabalho, entre esta introdução e as conclusões finais, pensou-se um primeiro ponto em que se perceba quem é D. Pedro, Conde de Barcelos, e a sua posição no mundo em que está e sobre o qual escreve. A componente Humana é indissociável da análise histórica e filosófica.

Num segundo ponto, procurámos continuar com a mesma linha de raciocínio e perceber o que é o *Livro de Linhagens* e o propósito do autor quando o inicia. Nada melhor do que mergulhar no próprio texto e percorrer o *Prólogo*, munindo-nos de alguns conceitos-chave para a terceira e última etapa: as narrativas.

Com efeito, esta terceira parte constitui o cerne da investigação, uma vez que é onde procedemos à análise das narrativas seleccionadas e as cruzamos com a informação que a historiografia foi produzindo acerca de Martim Sanches e do reinado de Sancho II. Em dimensão, afigura-se o maior ponto, daí possuir uma pequena divisão interna, que permita analisar as narrativas separadamente.

Apresentado o que se trabalhou, avancemos. O rumo é o de colocar hipóteses e esboços interpretativos, abrir espaço ao acrescento, mas cientes de que não revolucionaremos. Conscientes do erro? Sem dúvida. Mas com certezas de que é assim que a investigação científica progride em direcção ao horizonte do conhecimento.

### **1. O Conde D. Pedro e o seu tempo: um ponto de partida**

Como ponto de partida importa reflectir: quem foi D. Pedro Afonso, conde de Barcelos? Qual a sua relação com o mundo coevo?

Em termos gerais, interessa perceber que Pedro Afonso foi filho natural de D. Dinis com Gracia Anes Froiaz, uma dona natural de Torres Vedras. D. Pedro era filho de rei e, em virtude disso, foi educado para frequentar um meio cortesão e, por doações e pelo sangue, passar a constituir-se como um elemento da mais alta nobreza portuguesa.

Começamos a ter notícia da constituição do património da sua casa a partir de 1289. Por volta de 1314, D. Pedro será agraciado com a posse de Barcelos, acompanhada do título condal e da nomeação para o cargo de alferes-mor. Ambas as benesses decorreram da morte de Martim Gil Riba de Vizela II, que falecera exilado em Castela. Terá sido uma tentativa de D. Dinis manter D. Pedro a seu lado? Recorde-se o contexto dionisino de centralização do poder régio, que muito descontentou a nobreza portuguesa.<sup>2</sup> No seguimento disso, esta terá utilizado os ciúmes do herdeiro D. Afonso contra Afonso Sanches, seu meio-irmão mais querido pelo rei, para despoletar um clima de guerra civil. A aristocracia viu aí uma janela de oportunidade para recuperar direitos que havia perdido. António Resende de Oliveira sublinha que tanto Afonso III como D. Dinis “socorreram-se dos filhos bastardos para associarem à corte e fazerem regressar à coroa importantes senhorios resultantes do próprio serviço cortesão ou de políticas matrimoniais bem conduzidas, aliadas à presúria ou à simples usurpação” (Oliveira, 10).

Convém, no entanto, sublinhar que o património do Conde foi adquirido mais por herança de duas grandes linhagens portuguesas, os Portel e os Sousa, do que por intervenção directa do rei.<sup>3</sup> Em virtude do contexto interno, o Conde de Barcelos vai

<sup>2</sup> Para isso veja-se sobretudo Sottomayor-Pizarro 2005, 139-157.

<sup>3</sup> D. Pedro Afonso havia casado com Branca Peres de Portel, filha de Pero Anes de Portel e Constança Mendes de Sousa, uma das herdeiras mais ricas de Portugal no final do século XIII.

mesmo exilar-se em Castela, em 1317, onde terá uma visão mais distante dos acontecimentos e tentará promover uma solução pacífica do confronto pai-filho, que intensificará após o seu regresso a Portugal (1322). Os anos de exílio de D. Pedro terão sido importantes pelo contacto com a realidade castelhana e com os escritos de Afonso X, *o Sábio*. Depois do seu regresso, as suas presenças na corte vão diminuir<sup>4</sup>, ficando a gerir com autoridade os seus senhorios no Norte e entregando-se à produção da sua monumental obra.<sup>5</sup> Relação fria com o novo soberano? Chamamos a atenção para o facto de o processo centralizador não abrandar com D. Afonso IV, o que desiludiu muita da nobreza que o havia apoiado contra o pai.<sup>6</sup> Com efeito, o quadro fica ainda mais completo, pois “não podemos deixar de relacionar a literatura genealógica portuguesa com uma expressão de ideologia de classe, estimulada pelas ameaças de dissolução que ela [a nobreza no geral] sente vir de vários pontos” (Mattoso 2001, 27-41). Tanto o autor como a obra têm um mundo (tempo/espaço), e ele está marcado em ambos.

Assim, pensemos em quem foi D. Pedro Afonso e não o percamos de vista à medida que se for analisando o texto do *Livro de Linhagens*. Estamos perante um homem culto no seu tempo, mas simultaneamente admirador de uma antiga (e idealizada?) ordem do mundo que se desfaz.

As anunciadas reflexões em torno da vida do autor podem ajudar a perceber as concepções políticas desenvolvidas na obra em estudo. D. Pedro Afonso, filho de D. Dinis e Conde de Barcelos, foi um defensor dos direitos políticos da nobreza e o *Livro de Linhagens* espelha-o. De que forma? Qual a sua visão política da monarquia? Que reivindica o autor para o corpo aristocrático? E porquê? Com que argumentos?

As respostas procuraremos desenvolvê-las no ponto seguinte.

## 2. Uma visão política assente no poder aristocrático

Conforme o objectivo inicialmente proposto, a partir do prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, que ilações acerca da obra podemos retirar? O quadro ideológico presente incorpora um conteúdo programático? Acreditamos que sim, e que justifica uma “concepção aristocrática do poder”.

O texto começa com o autor a escrever que Deus delegou Moisés como o arauto do amor pelo próximo que todos os Homens devem ter, cristalizando-o na “vedra lei”. De seguida, identifica-se como “eu, Conde D. Pedro, filho do mui nobre rei dom Denis (...) compuge este livro por ganhar o seu [de Deus] amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 55). Este pequeno excerto do início da obra, que à partida pode parecer não ter nada de relevante, tem um tremendo significado político.

Para começar, Maria do Rosário Ferreira chama-nos a atenção para o facto de os prólogos dos anteriores livros de linhagens (*Livro Velho* e *Livro do Deão*) “restringirem o âmbito da sua intervenção à nobreza portuguesa”. O Conde D. Pedro ao dirigir-se aos “nobres fidalgos da Espanha” mostra uma concepção de nobreza que transcende as

---

<sup>4</sup> Para este esboço biográfico seguimos essencialmente o já citado artigo de António Resende Oliveira, “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos”.

<sup>5</sup> Com óbvio destaque para o *Livro de Linhagens*, que aqui estudamos, mas também a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

<sup>6</sup> Para a questão da centralização régia e da crise D. Dinis-Afonso IV veja-se Freitas, 50-53 e Sottomayor-Pizarro 2005, 189-200.

fronteiras político-territoriais dos reinos de então e as próprias circunscrições senhoriais.<sup>7</sup> Além disso, apenas Deus surge como “senhor natural” da aristocracia, uma vez que a figura régia é eliminada da mediação com o divino. Mais, D. Pedro afirma-se como o sucessor de Moisés, é o arauto do novo amor e amizade, “constrói-se como figura autoral com carisma profético a partir da dessacralização deslegitimadora da autoridade régia” (Ferreira 2012, 98-114).

Ao iniciar uma obra desta dimensão, D. Pedro tem por grande fim “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha” – amor primeiro, amizade depois, porquê?<sup>8</sup> – pois estes devem dar-se em “fe pera se nom fazerem mal uus aos outros”. De forma a ratificar a ideia, o autor cita a suma autoridade intelectual para a Idade Média, o “rei dos filósofos”, ou seja, Aristóteles – “que se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 55-56). O que nos quer dizer D. Pedro? Que é possível uma sociedade sem os monarcas e as suas justiças, bastando que para isso haja “amor e amizade” entre os fidalgos? Uma afirmação destas parece demasiado ofensiva, ainda que coberta pelo manto da filosofia aristotélica. Contudo, o mais extraordinário é perceber que D. Pedro retirou a citação da IV Partida, título 27, de Afonso X, modificando-a (Ferreira 2012, 97-98). A manipulação não é de menor relevo, uma vez que onde o monarca castelhano havia introduzido “alcalles”, o Conde de Barcelos escreve “reis”. Assim, o que havia sido usado pelo poder régio a seu favor era, no *Livro de Linhagens*, reutilizado contra esse mesmo poder.

‘Dispensada’ a autoridade régia, em virtude da amizade, enumera-se o que deve ser um modelo de amizade para as várias idades do homem. Se “meninos, ham mester que os crie e ensine”; se “mancebos, ham mester quem nos conselhe pera fazer sas cousas seguramente”; se “velhos, ham mester que lhes acorram aos seus desfalecimentos”. No entanto, o mais importante vem depois: “os amigos verdadeiros devem-se guardar em sas palavras de dizer cousa per que seus amigos nom venham a fama ou a mal. E nom se devem amover de ligeiro a crer as cousas que lhes digam de mal (...)” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 56). Ou seja, para que a amizade funcione entre os homens - e principalmente entre os fidalgos, não esquecemos quem é o ‘público-alvo’ da obra – há que haver contenção nas palavras para não desonrar ou magoar o outro. Não se quer ressentimentos por palavras mal ditas. Na segunda parte, D. Pedro alerta para também não se acreditar em tudo o que de mal se diz – “amover de ligeiro a crer as cousas que lhes deles digam de mal”. É o mesmo que dizer: cuidado com as intrigas, pois nem tudo é o que parece. Estamos perante uma sociedade que dá um grande peso à palavra e ao conceito de honra (e imagem, “fama”). Isto ganha ainda mais peso entre a classe aristocrática, ciente do seu estatuto e zelosa do seu prestígio. D. Pedro é um dos maiores símbolos disso mesmo e sabe, por outro lado, a quem está a dirigir-se.

---

<sup>7</sup> Não é contudo de desprezar que a ideia se aplica essencialmente às linhagens portuguesas, galegas, leonesas e castelhanas, uma vez que o autor lhes dedica muito mais espaço do que às congêneres aragonesas e navarras.

<sup>8</sup> Não se trata de um preciosismo semântico da nossa parte. A ordem com que as palavras aparecem não será fortuita. “Amor” virá em primeiro lugar pela sua magnitude superior à “amizade”? O autor quer uma verdadeira união dos fidalgos. Esta é apenas uma sugestão nossa.

Assim, de seguida, o autor introduz com mestria o ingrediente que faltava: o sangue. “E por que nem ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de uu sangue” – mesmo depois de tudo o que disse, há um critério magno de amizade, que é o sangue, a união mais forte de todas. D. Pedro declara com clareza que uma das suas intenções é mostrar aos homens “o seu linhagem”, para saberem a quem ter “amor e amizade”. O Conde de Barcelos já havia utilizado um dos princípios de legitimação do poder, a sua delegação/origem divina, a seu favor e da fidalguia em geral. Como vimos, isto despia o rei de grande parte da sua legitimidade e importância. Agora, usa o segundo princípio de legitimação, que é o sangue. “As velhas ideias indo-germânicas acerca da *virtus*, como dom sagrado e inconfundível que os nobres cultivam e transmitem, e acerca do *kûdos* que os heróis recebem dos deuses e que é interpretado pelos clérigos como «carisma» pessoal, mas transmissível [pelo sangue], justifica o direito que os nobres reivindicam de exercer a autoridade” (Mattoso 2011, 1-3). Não é por acaso que D. Pedro Afonso “amplia a genealogia de todas as casas reais que tem conhecimento: as bíblicas, as da Babilónia e da Pérsia, de Roma, dos reis asturianos, de Castela, de Navarra e de França, para terminar com as de Portugal. (...) Mas estabelece uma clara distinção entre genealogias reais e genealogias nobres e liga a dos monarcas às dos reis do universo antigo e recente, e não às dos fidalgos. Além desta oposição, transparece neles uma certa rivalidade” (Mattoso 2001, 36-38). Em suma, mostra que a aristocracia ibérica descende de um ramo diferente do da realeza. Assim, uma vez que o critério máximo de união entre os homens é o sangue, os magnates ibéricos pertencem todos a uma grande família e devem actuar como tal perante as ameaças externas, mesmo que isso signifique ir contra o poder monárquico.

No prólogo que aqui vimos interpretando de um prisma mais filosófico-político, o autor dá também razões práticas aos nobres para a elaboração do *Livro de Linhagens*. Como por exemplo, “pera saberem como podem casar sem pecado [devido ao parentesco]” ou “pera saberem de quaes moesteiros som naturaes e bem-feitores”. Contudo, o argumento que mais nos salta à vista é “por os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberam seus avoos em se guanhar esta terra da Espanha per eles” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 57). Por um lado, isto funciona como aviso aos monarcas coevos, ao dizer que estes devem muito aos nobres, uma vez que sem os antepassados destes a Reconquista nunca poderia ter avançado. A forma dos monarcas reconhecerem esse serviço prestado pelos ‘cavaleiros-avós’ era através de mercês, de doações de terra. Procura-se reivindicar um *status quo* com recurso ao passado, ao histórico-mitológico, a uma herança antes de mais aristocrática (que ultrapassa crenças e reinos), pois “ainda antes de se tornarem cristãos, os godos foram todos cavaleiros” (Ferreira 2011, 8-9).

Este argumento tem muito de ideológico, uma vez que estabelece as bases de “uma sociedade peninsular na qual a herança goda, enquanto argumento de legitimação de um carisma ético e do direito à conquista da terra, era decisivamente valorizada. O goticismo do Conde de Barcelos distingue-se, porém, das ideologias suas congéneres por não postular um carisma restrito a dinastias régias, antes brandir a ascendência goda como instrumento de irmanação da nobreza peninsular num mesmo direito partilhado ao domínio da terra” (Ferreira 2011, 8-9). No fundo, “mitifica-se o passado, para consolidar o presente” (Mattoso 2011, 3).

O pensamento plasmado numa obra como o *Livro de Linhagens* é complexo e, por vezes, até contraditório. Ainda mais se estivermos perante um homem como o Conde de Barcelos, complexo do ponto de vista simbólico-ideológico. O que vimos escrevendo sobre a sua posição ofensiva contra o poder monárquico e a figura do rei não quer dizer que o autor esteja contra esse sistema político. Rematando com as palavras de Maria do Rosário Ferreira, “não dá lugar, na identificação dos membros da nobreza – ‘os nobres fidalgos da Espanha’ -, à naturalidade definida em termos de pertença a um reino, mas nem por isso se mostra contrário à divisão dos reinos e adepto do *imperium*. Coloca-se numa perspectiva ideológica em que prevalece o direito de conquista, e apesar disso acentua a ascendência goda das linhagens que na sua obra favorece. Proclama a possibilidade de uma sociedade governada apenas com base nos laços de solidariedade entre os elementos da nobreza, mas empenha-se em fazer entroncar na monarquia astur-leonesa os antepassados míticos dos mais destacados representantes dessa mesma nobreza” (Ferreira 2010, 97).

Matizemos a questão: mesmo que D. Pedro Afonso não proclame uma abolição do poder monárquico em detrimento de um governo pelos laços de solidariedade aristocráticos, mostra insatisfação com uma ideia de monarquia forte e centralizadora, a corrente ao seu tempo. Isso consagra a decadência da alta-nobreza dos grandes senhorios e da capacidade judicial, económica e militar desta. Com ou sem uma monarquia, há uma ‘concepção aristocrática do poder’, uma ideia de sociedade dominada pelo sangue e pela posse da terra, ou seja, em que os fidalgos sejam protagonistas e dirigentes.

Vale a pena reflectir no carácter do texto, matizando pré-concepções de uma época medieval para no discurso político-ideológico. Estamos perante uma visão muito própria do mundo, com orientações políticas que se pautam por recuperar o valor natural do sangue, unificando um corpo social para lá de fronteiras políticas ibéricas (neogoticismo aristocrático), preconizando uma sociedade assente no “amor e amizade” dos fidalgos, uma obediência directa à suprema lei divina e diminuindo a autoridade régia ou, pelo menos, o seu fortalecimento. Há um claro manifesto de classe a favor de valores de um passado mitificado, que se rebela contra as tendências ‘modernas’ do mundo de então.

### **3. O fim de uma ‘Idade dos cavaleiros’: Martim Sanches e o reinado de Sancho II**

Em concomitância com os objectivos inicialmente traçados, chegámos ao ponto de análise das narrativas. Contudo, não percamos de vista o *background* ideológico-valorativo que vimos traçando, uma vez que este funciona como código orientador das nossas interpretações. Afinal, o que singulariza o tratamento dado por D. Pedro a Martim Sanches e ao reinado de Sancho II? Que construção erigiu o autor através das respectivas narrativas? Que imagens nos quis fazer passar o Conde de Barcelos? Quais os seus intentos?

#### **3.1. Um símbolo chamado Martim Sanches**

Em primeiro lugar, quem foi Martim Sanches? O que nos diz a historiografia sobre este homem?

Martim Sanches era filho bastardo de Sancho I com Maria Aires Fornelos, não se conseguindo apurar ao certo o ano do seu nascimento. Calcula-se que tenha ocorrido

entre 1198 e 1210, altura em terá começado a relação do rei Sancho I com a sua mãe. Com efeito, o nome de Martim Sanches não aparece em documentação oficial antes de 1210, ano em que no testamento d’*O Povoador* é agraciado com doações específicas (Vilar, 31).

Com a chegada de Afonso II ao trono (1211) inicia-se uma verdadeira política régia de centralização, que ditou o exílio de muitos nobres desde os infantes Pedro e Fernão Sanches, passando pelo bastardo Martim Sanches e indo até a Gonçalo Mendes de Sousa (afastado do cargo de mordomo-mor pelo rei), contrariando a tendência do século anterior em que os nobres portugueses se ‘exilavam’ pouco (Sottomayor-Pizarro 2010, 902-903). Desde cedo a autoridade régia chocou e ameaçou os interesses da nobreza, a começar pelas irmãs do rei: Teresa, Sancha e Mafalda. O início do fraterno conflito vai levar homens como Pedro Sanches e Gonçalo Mendes de Sousa a procurar asilo na corte de Afonso IX de Leão, que foi casado com a infanta D. Teresa. Em virtude do primeiro conflito de Afonso II com as irmãs, em Novembro de 1211, Afonso IX de Leão invadirá Portugal, pelo Norte do Douro, em Março do ano seguinte, para as socorrer. Vários historiadores apontam para a possibilidade da invasão ter sido instigada por Pedro Sanches. A situação complicou-se para as hostes lusas, devido à derrota em Valdevez, e estabeleceram-se relações de paz a Novembro de 1212 após intervenção papal e mediação de Afonso VIII de Castela (Vilar, 70-109).

Nestes anos, Martim Sanches era uma criança e não participou na contenda. No entanto, tudo indica para os anos seguintes a sua ida para a corte leonesa, enquanto o seu meio-irmão Pedro Sanches se retirou para Marrocos. As primeiras notícias apontam para Janeiro de 1218, em que Martim Sanches testemunha vários diplomas como vassalo do rei leonês, enquanto em Março recebe a tenência de Límia. As tenências delegadas no português parecem suceder-se: em Abril de 1218 é-lhe entregue a tenência entre Bierzo e Bueza; e no mesmo mês do ano seguinte, a de Sarria, sempre conotado como *uassallus regis*. O desenvolvimento dos acontecimentos nestes anos é pouco conhecido, mas segundo Inés Calderón Medina, Afonso IX de Leão parece aproveitar os conflitos no Norte português (devido à política centralizadora de Afonso II) para invadir a região de Chaves. Para a historiadora espanhola, a motivação para tal atitude pode estar relacionada com questões pendentes entre os monarcas, que se resolveriam após a conquista, ou para forçar uma aliança que contrariasse as ambições expansionistas de Fernando III de Castela. Por conseguinte, os reis de Portugal e Leão encontraram-se, em Junho, na terra de Boronal (tenência de Límia), para firmar a paz. Cada um dos lados apresentava dez vassalos como garantes da paz e, entre os do rei de Leão, aparece-nos mais uma vez Martim Sanches (Calderón Medina, 232-233).

Nesses dias de Boronal, segundo largo sector da historiografia, o cavaleiro português, terá sido o principal motivador da doação ao arcebispo de Braga do couto de Erveredo (tenência de Límia) por parte do rei leonês (Vilar, 230). A somar a isto, Martim Sanches continuou a receber várias tenências galegas fronteiriças como Montenegro, Toroño e Ledesma o que parece comprovar a grande confiança militar depositada no nobre português. Não nos enganemos: a situação parecia calma, mas fervia de tensão (Calderón Medina, 233).

Note-se que esta concessão ao arcebispo de Braga e as contínuas tenências fronteiriças entregues a Martim Sanches funcionavam como duros obstáculos à política anti-senhorial de Afonso II para o Norte de Portugal. Num recente artigo de Xavier Ron

Fernández percebemos uma parte das relações feudo-vassálicas de Martim Sanches em território português. João Soares Somesso, conhecido trovador de Valadares (do lado de cá do Minho), foi vassalo de D. Martim e talvez tenha feito parte do seu séquito. Ron Fernández mostra-nos Martim Sanches, enquanto tenente do castelo de São Martinho, em 1223, a delegar João Soares Somesso como senhor de Crecente (Ron Fernández, 134-135).

Esta preciosa informação permite-nos observar uma pequena parte do que seriam as relações de um homem como Martim Sanches e imaginar o peso e influência social que teria no território nortenho português, mesmo do lado de lá da fronteira. Não espanta, portanto, ver este homem poderoso, de sangue real português, como um símbolo de oposição à centralização do poder régio encetada pelo seu meio-irmão Afonso II.

Chegados aqui, o mais espectacular ainda estava por acontecer. Perante o cenário que se vem desenhando, Afonso II não podia ficar quieto. Por conseguinte, pouco depois da outorga do couto de Erveredo ao arcebispo de Braga, homens do concelho de Guimarães aproveitaram a ausência de Martim Sanches e atacaram a propriedade, incendiando e destruindo diferentes bens. Por seu lado, entre 1220-1222<sup>9</sup>, Martim Sanches reuniu homens de Toroño, Límia e Baroncelli e invadiu Portugal, derrotando os mais importantes cavaleiros da hoste régia como Gonçalo Mendes de Sousa (regressado a Portugal), João Peres da Maia e Gil Vasques de Soverosa (seu padraço, casado com Maria Aires Fornel). Assim, Martim Sanches regressou triunfante a Leão, ostentando uma cada vez mais nobre reputação de grande cavaleiro (Calderón Medina, 234). O pouco que se conhece da campanha deve-se à narrativa do *Livro de Linhagens*. O que nos diz afinal D. Pedro de Barcelos?

A narrativa de Martim Sanches, no *Livro de Linhagens*, aparece incluída no meio da família do seu padraço, os Soverosa. Ou seja: D. Pedro usa a participação de Gil Vasques de Soverosa na campanha militar atrás referida como pretexto para narrar os feitos do enteado. O texto começa por dizer que Martim Sanches casou com Ollalha (veja-se Eulália) Peres de Castro, filha de Pero Fernandes de Castro, e que estes não tiveram descendência (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 295). Com efeito, o casamento deverá ter ocorrido em Leão, onde o filho de Sancho I também foi enterrado, juntamente com a família da sua esposa, no que é hoje Ceinos de Campos (Calderón Medina, 239). De seguida, o narrador começa por relatar os feitos que levaram ao conflito militar, dizendo que homens de Afonso II “forom fazer penhora a Galiza, a terra de Limha”. Posto isto, Martim Sanches enviou dizer ao rei de Portugal “que lhi mandasse entregar a penhora que lhi fizeram os da sa terra sem razom”, mas Afonso II ignorou-o por duas vezes. Só à terceira, Dom Martim decidiu avançar sobre Portugal (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 295).

Logo aqui, o texto começa a construir uma imagem superior de Martim Sanches ao não responder de igual para igual ao saque dos portugueses nas terras galegas. Começa por pedir cordialmente o saque de volta e, só após duas recusas, actua militarmente. Simbolicamente, neste trecho, Martim tem uma atitude mais nobre e cavaleiresca que o próprio rei de Portugal. Não tenhamos ilusões: a construção é propositada e só vai intensificar-se.

---

<sup>9</sup> Não há consenso na historiografia portuguesa quanto ao ano em que decorreu a campanha.



Assim, após reunir a sua hoste por terras galegas (Toroño, Límia e Baroncelli), Martim avançou até Ponte de Lima onde encontrou Afonso II “com todo o poder d’Antre Doiro e Minho e outros d’Aaquem Douro”. O que faz Martim Sanches perante Afonso II? “Enviou-lhi dizer que se retirasse e que lidaria com o seu poder”, ou se nom que se tirasse afora mais d’ua legoa, que nom parecesse o seu pendom, e que lidaria com todos que el i tiia”. Com efeito, Afonso II “houve-o assi a fazer” e foi até Gaia, do outro lado do Douro. Conforme anunciámos, a imagem reforça-se. Martim Sanches veste o manto da honra cavaleiresca ao recusar enfrentar-se com o rei de Portugal e seu irmão – referência implícita à doença d’*O Gordo*? A referência ao pendão, com os símbolos do monarca, não é inocente. Mesmo exilado, Martim Sanches não quer trair uma fidelidade implícita ao senhor do reino de onde é natural. O comportamento honrado, corajoso e leal do invasor contrapõe-se à fraqueza e até cobardia de Afonso II, que se retira do campo de batalha. O texto vai engrandecendo um em detrimento do outro. O cavaleiro exilado, em defesa dos direitos senhoriais, é engrandecido; o monarca centralizador, incapaz de combater, que ataca os privilégios senhoriais laicos e eclesiásticos é desprestigiado. Até aqui a narrativa parece traduzir o quadro ideológico-narrativo presente no *Prólogo*.

Na lide propriamente dita, “dom Martim Sanchez venceo os de Portugal” nada menos do que três vezes, até que estes “nom queriam tornar mais” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 297-298). De novo o número três e a disponibilidade corajosa e leal de Martim ao enfrentar os adversários até estes se darem por derrotados. Vitória total e esmagadora ainda mais se tivermos em conta que enfrentou “Meem Gonçalves de Sousa, filho de dom Gonçalo Meendez e neto del conde dom Meendo; e outro era dom Joham Perez da Maia, filho de dom Pero Paaez, o Alferez; e outro foi dom Gil Vaasquez de Soverosa; e outros ricos homees muitos.” e ao alcançar o padraço “travou-lhi no braço e filhou-hi a espada da mão e disse-lhi: «Já, padre, já, ca assaz lidastes». Entom o enviou apos os seus, ca o nom quis prender” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 296-297).

Com efeito, derrota a mais fina flor da nobreza portuguesa e ainda mostra clemência na hora do triunfo. Mais magnânima vitória seria difícil. Perante a construção desta imagem por parte do Conde D. Pedro, pensemos que a nobreza do século XIV, para quem o autor escreve, tem aqui o espelho, o símbolo, uma referência ideológica a seguir. D. Pedro é um homem que olha para trás, saudoso de uma ordem do mundo que se desfaz, daí compor uma obra da dimensão do *Livro de Linhagens*. Afinal, não estamos perante a recusa de um homem em sepultar determinados valores? Não é este o sustento ideológico da nobreza na luta contra a centralização? Tal Martim Sanches ‘construído’ pode funcionar como ponto crepuscular de uma nobreza-cavaleira e proprietária em vias de extinção no século XIII, em parte por força do fim da Reconquista e do processo centralizador (em Portugal).

Depois da incursão em Portugal, os dados apontam que terá sido nessa altura (1223), talvez a seguir à campanha vitoriosa, que Martim Sanches foi nomeado alferes-mor de Leão. Corremos neste momento o auge do seu trajeto, quando, chefiando o exército real leonês, num fossado por terras muçulmanas arrasa o termo de Sevilha e de Badajoz. Ainda neste ano de 1223 morre Afonso II e abre-se uma menoridade em Portugal com Sancho II. Altura em que Pedro Sanches regressa rapidamente de Marrocos (de olho no trono português?) e vem ocupar o cargo de mordomo-mor na

corte de Afonso IX, além de inúmeras tenências fronteiriças como Toro e Zamora. Não será demais afirmar que, nestes anos, os irmãos Sanches dominaram a corte leonesa (Calderón Medina, 234-235).

Nesta década de 20, Martim Sanches continuou a comandar o exército leonês na conquista de território aos mouros e esteve junto de Sancho II no cerco a Elvas, provavelmente enquanto emissário de Afonso IX, uma vez que este atacou Badajoz em acção concertada com rei português (Fernandes, 149). Pensa-se que terá morrido pelo ano 1227, altura em que desaparece da documentação leonesa (Calderón Medina, 249).

Ainda antes de avançar para o próximo ponto, a narrativa sobre Martim Sanches conclui-se com um episódio que pode reforçar o que vimos dizendo. O texto diz-nos que Rodrigo Gomes de Trastâmara recebeu de Martim Sanches o condado de Trastâmara, que por sua vez tinha sido transmitido ao cavaleiro português pelo rei de Leão com a duração de uma vida. Após a morte de Martim, Rodrigo Gomes não quis devolver o condado ao rei (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 298). Situação esta muito recorrente nos constantes braço-de-ferro entre coroa e nobreza, que em Portugal as *Inquirições* vieram pôr a nu. No entanto, o Conde D. Pedro, de forma hábil, converte uma situação desfavorável à nobreza em favorável.

Veja-se: Rodrigo Gomes não devolvia o condado ao rei porque “lho dera dom Martim Sanches, que o del tinha, e que por esto lho nom dava”. O rei, à altura Fernando III, ao ouvir o nome do nobre luso reage de imediato – “E el rei disse que tam boom fora dom Martim Sanchez e que tanto serviço lhi havia feito, que cousa que ele desse do que del tinha, que nom devia el a tolher” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 299). A narrativa é expressiva do veiculado pelo Conde D. Pedro desde o *Prólogo*: os monarcas devem compensar a nobreza pelos feitos e lealdade demonstrados.

Sendo inegável o trajeto de Martim Sanches, mesmo sem a imagem construída no *Livro de Linhagens*, porque simboliza ele tudo aquilo que D. Pedro defende? Não podemos dar uma resposta a essa pergunta, se é que ela existe. Mas deixemos a nota para reflexão da similaridade de percursos entre Martim Sanches e o próprio D. Pedro, Conde de Barcelos, que também se exilou num contexto de guerra civil, devido à política de afirmação do poder régio; que também foi filho bastardo de um monarca; que também casou e entroncou uma família poderosa; e porque, perguntamos nós, também se viu como símbolo dos valores de uma velha nobreza cristalizada em Martim Sanches?

### 3.2. D. Sancho II, *rex inutilis*?

Neste ponto, conforme o inicialmente anunciado, abordaremos o tratamento dado pelo Conde D. Pedro ao reinado de D. Sancho II de Portugal. Não é nosso propósito percorrer detalhadamente os complicados e sempre obscuros meandros do reinado d’*O Capelo*, mas vejamos algumas concepções historiográficas recentes.

Nos últimos anos, quando se procura explicar o reinado de Sancho II, deparamo-nos inevitavelmente com a palavra ‘crise’. Judite Gonçalves de Freitas, através das palavras de José Mattoso, fala-nos de uma “crise social agravada pela crise política”, em que o “desequilíbrio momentâneo entre o crescimento demográfico e os recursos económicos do país” terá impulsionado o banditismo generalizado, praticado por marginais e várias facções da nobreza, ao qual o rei não pôs fim (Freitas, 47-48). A somar a isto, o rei ter-se-ia visto a contas com a insatisfação dos magnates, herdada do

reinado de seu pai, contra a afirmação do poder régio. Do mesmo modo, é conhecido o conflito que o monarca ‘comprou’ com vários bispos do reino, devido ao facto de procurar refrear o peso social e político destes. Primeiramente na década de 1220 com os bispos de Porto e Lisboa, e nos anos de 1237-41 com os de Lisboa, Guarda e Braga.

Com efeito, isto valeu a interdição do reino em 1231 e a excomunhão de Sancho II em 1234, pelo Papa. O que se seguiu é conhecido: gera-se um quadro guerra civil, impregnada de laivos anárquicos, uma vez que “não há partidos verdadeiramente identificáveis, apenas contendores prosseguindo interesses individuais ou de linhagem, mas não de grupo. (...) Há uma guerra entre o rei e os barões e entre outros do reino e entre os barões” (Fernandes, 223). A imagem de que o rei é incapaz de fazer justiça e manter a paz, alastra-se na cúria pontifícia, que depõe o rei português e entrega o reino de Portugal a Afonso, Conde de Bolonha, seu irmão (1245). Com a morte de Sancho II, em Toledo, no ano de 1248, o Conde de Bolonha seria definitivamente consagrado como Afonso III de Portugal. Note-se, no entanto, que a imagem de *rex inutilis*, colada a Sancho II, cimentou-se na cronística logo a seguir, por irradiação dos círculos afetos a Afonso III.<sup>10</sup> Construção essa, à qual a historiografia portuguesa durante anos foi beber.

Pintado a grossas pinceladas o cenário historiográfico do reinado de Sancho II, avancemos para o texto do *Livro de Linhagens*. Que imagem nos dá o Conde D. Pedro deste período tão turbulento? Partilha da imagem de *rex inutilis* construída na corte de Afonso III, seu avô?

A narrativa do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro dedicada ao reinado de Sancho II é constituída por várias pequenas 'histórias' acerca desse tempo em que reinava *O Capelo*. A partir desse conjunto, acreditamos poder existir um todo, que culmina na transmissão de uma imagem específica. No *Livro de Linhagens* quando se começa a enumerar a genealogia que dá lugar aos monarcas portugueses, Sancho II aparece como aquele que “começou mui bem de seer boo rei e de justiça, mas houve maos conselheiros, e des ali adeante nom fez justiça” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 128). Retenhamos o olhar nesta passagem: o rei não fez justiça, tal como a imagem atrás descrita, acrescentando-se a influência dos maus conselheiros.<sup>11</sup> Nada de fracturante até agora. As narrativas traduzem o enunciado neste primeiro excerto? Prossigamos a viagem.

A primeira narrativa que encontramos associada a Sancho II é a de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro. O texto diz-nos que João Tenreiro havia mandado Airas Eanes de Freitas, seu primo directo, matar um Gil Martins. Depois, “Joham Tenreiro matou este Airas Eanes em o moesteiro de Fonte Arcada, e trouxe consigo a sa morte Pedr'Eannes, Per'Alvelo, que era seu primo coirmão”, dizendo-lhe que ambos se haviam desafiado – o que o autor sugere não ser verdadeiro. Por conseguinte, Sancho II ao saber disto mandou convocar o dito João Tenreiro e Pedr'Eanes Alvelo. Este último confessou “ter ido em sa morte, mais que lhe dissera Joham Pirez de Vasconcelos, seu primo, que o havia desafiado por ele, e se lho negasse que lhe meteria as mãos sobr'elo” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 407-408).

<sup>10</sup> Para a construção cronística veja-se Moreira, 81-92 e 100-102.

<sup>11</sup> Note-se que a fonte do *Livro de Linhagens* para esta passagem é o texto normalmente conhecido como *4ª Crónica Breve*, onde já se encontra a referência a "maus conselheiros". Sobre a importância desse texto veja-se o já citado e fundamental trabalho de Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*.

Por outro lado, João Tenreiro ignorava as consecutivas chamadas do rei, que fazia tudo “assi como devia a fazer”. Perante tal insubordinação, Sancho II decide que “aa revelia do dito Joham Pirez de Vasconcelos, porque nom veera aos tempos que lhe foram assinados, como manda o dereito e o costume dos reis, que o dava por feitor, assi como o devia a seer Pedr’Eannes Alvelo, e que a pena que o dito Pedr’Eanes devia haver, que se tornasse a el toda, e que o dito Pedr’Eanes Alvelo fosse livre e quite”.

O que a narrativa nos mostra, é absolutamente o contrário daquilo que o autor escreve sobre Sancho II na sucessão dos reis de Portugal e que a imagem de *rex inutilis* estabeleceu. Vemos um monarca a exercer a plenitude da sua prerrogativa de justiça, actuando de acordo com as normas, e punindo severamente a perfídia e rebeldia de João Tenreiro. Além disso, mostra-se um soberano clemente para com a outra parte, Pedr’Eanes que confessou o crime e manteve-se leal, perdoando-lhe a pena. Acrescenta-se que João Tenreiro, além de matar, fá-lo a alguém do seu sangue (!) – o que colide totalmente com os valores de “amor e amizade entre os nobres fidalgos”, unidos pelo sangue, enunciados por D. Pedro. Aqui, o vilão não é o rei, mas o nobre insubordinado e assassino.

Na narrativa seguinte, os personagens principais voltam a ser nobres, neste caso talvez de maior estirpe que o caso anterior: Raimundo Viegas Porto Carreiro e Martim Gil de Soverosa. “Este Raimom Veegas Porto Carreiro, suso dito, sendo vassalo d’el rei dom Sancho Capelo e seu natural de Portugal, veu ua sa noite a Coimbra com companhas de Martim Gil de Soverosa, (...) u el rei jazia dormindo em sa cama e filharam-lhe a rainha dona Micia”, ou seja, Raimundo Porto Carreiro raptou a rainha com homens de Martim Gil de Soverosa, levando-a para Ourém “sem seu mandado e sem sa vontade”. O rei, ao descobrir o sucedido, lançou-se atrás dos raptos, mas não os conseguiu alcançar antes destes chegarem a Ourém, “que era entom mui forte”. D. Sancho II ordenou-lhes que o deixassem entrar, levando os símbolos régios (o escudo e o pendão). Contudo, estes responderam com flechas e pedradas ao soberano, vendo-se este obrigado a retornar (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, II, 12).

A história termina assim, sem mais desenvolvimentos. O autor volta a pôr em destaque a perfídia e insubordinação de alguns nobres - despindo a acção de coragem ao colocá-la durante a noite, enquanto o soberano dormia. Novamente são os nobres, que mostram não estar à altura dos valores cavaleirescos e não Sancho II, que novamente faz o que lhe compete: ordena pacificamente que lhe devolvam a esposa, exibindo os símbolos régios da sua legitimidade.

A terceira e última narrativa passa-se na fase derradeira do reinado de Sancho II, ou seja, durante a luta contra o seu irmão, Afonso. O texto é bastante curto e surge no seguimento da linhagem dos Espinhel. Mem Cravo era alcaide do castelo de Lanhoso, “por mão” de Godinho Fafez, que por sua vez fez menagem por ele ao rei Sancho II. O que aconteceu é que este Meem Cravo, por acordo com Rodrigo Gomes de Briteiros, entregara o castelo ao Conde de Bolonha. Aparentemente o motivo foi por ter violado (ou forçado a algo) Maria Pires de Vides, parente do dito Rodrigo Gomes de Briteiros, e a ter no castelo. “E ficou por treedor este Meem cravo, pelo castelo que nom deu a dom Godinho Fafez, a que fezera menagem por ele, nem a el rei, cujo castelo era” (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, II, 45).

A traição, de novo. A falta de valores de uma nobreza, corrompida pela vingança e pela traição, violando e quebrando relações vassálicas. Que reinado é este, de Sancho

II, que D. Pedro nos mostra? A imagem que trespassa este conjunto de narrativas não desfavorece em nada *O Capelo*, mas sim os fidalgos. Talvez D. Pedro tenha colocado muita responsabilidade do que aconteceu a Sancho II no comportamento da aristocracia, na queda de valores vistos como cavaleirescos, que um Martim Sanches outrora encarnou. É a justificação que encontramos para tal insistência na deslealdade aristocrática. Estará aqui o fim de um tempo? O momento-símbolo de queda dos valores que D. Pedro idealiza?

Ainda antes de rematar o trabalho aqui presente com o ponto seguinte, nota para um dado que pode ajudar a reflectir sobre os problemas levantados. O reinado de Sancho II marcou um período de substancial saída de nobres portugueses para os reinos vizinhos, principalmente os seus fiéis, após a deposição. Por outro lado, ao longo da segunda metade do século XIII, a tendência mantém-se, com muitos nobres a abandonar o reino e a exilarem-se. Ao mesmo tempo, “Portugal, de resto, não devia ser um espaço muito atractivo para a nobreza dos outros reinos peninsulares” (Sottomayor-Pizarro 2010, 903). Recorde-se que a afirmação da soberania régia (vulgo centralização) arranca definitivamente no reinado de Afonso III, retirando de forma paulatina poder à aristocracia (Freitas, 93).

Nesse sentido, o reinado de Sancho II parece, de facto, ter marcado simbólica e politicamente o fim de um tempo para a nobreza, “servindo de lugar de cristalização da ideologia cavaleiresca e feudal, para gerações de nobres que forneceram as narrativas que o seu sobrinho-neto, o Conde D. Pedro de Barcelos, haveria de fixar no seu *Livro de Linhagens*” (Fernandes, 231).

Em síntese, podemos dizer que o Conde de Barcelos via, neste tempo de Martim Sanches e Sancho II, chegar ao fim uma ‘Idade dos cavaleiros’. Via o encerrar de uma época em que determinados valores começaram a ser sepultados em detrimento de uma nova ordem do mundo, de uma nova forma de ‘ser nobre’.

## Conclusões

No plural e não no singular, multiplicidade no lugar de unicidade, porque não temos uma resposta mas sim propostas. Procurámos olhar o *Livro de Linhagens* por uma perspectiva diferente, sob o prisma filosófico-político, não esquecendo nunca o contexto histórico em que este foi produzido e, assim, arriscar hipóteses interpretativas.

Desde o início foi clara a nossa intenção de relacionar o percurso biográfico do Conde D. Pedro com a obra estudada e dentro do próprio texto relacionar os aspectos ideológicos do prólogo com as construções narrativas. Que pontos de chegada?

Antes de mais percebemos, e aqui sublinhámos, que não é possível dissociar o homem (D. Pedro Afonso) da obra (*Livro de Linhagens*), mesmo que o conceito de autoria na época medieval seja bastante diferente do contemporâneo.<sup>12</sup> A alta condição de D. Pedro, filho de rei e continuador de linhagens como os Portel e os Sousa, Conde de Barcelos e alferes-mor, não pode ser dissociada da posição assumida no *Livro de Linhagens* a favor de uma sociedade aristocratizante. Com efeito, a condição social aliada à cultura superior e a um percurso de vida que o levou a contactar com outras realidades e escritos (falamos do exílio em Castela), permitiu-lhe assumir uma posição

---

<sup>12</sup> Também para as questões autorais veja-se o já citado e exemplar artigo de Maria do Rosário Ferreira, “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”.

de liderança no combate ao fortalecimento do poder régio. O Conde de Barcelos um reacionário, um homem de outro tempo? Em parte, sim. O quadro ideológico-valorativo que ostenta, quer nas considerações do *Prólogo* quer nas manobras narrativas, remete-nos para um passado mais ou menos mitificado, em que os fidalgos conduzem e lideram os rumos da sociedade independentemente de constrangimentos políticos, religiosos ou judiciais. Em suma, há uma concepção de que a verdadeira ordem social depende de um acordo entre os fidalgos e que a transmissão do poder baseia-se na origem divina e no nascimento.

D. Pedro proclama um modelo de sociedade política assente no “amor e amizade” que deve existir entre a aristocracia peninsular, uma vez que são todos uma grande família – como o demonstra à frente com as linhagens – e que o papel do rei é, no mínimo, passível de ser diminuído.

Apesar disso, conforme procurámos mostrar, o pensamento político-ideológico do Conde de Barcelos é complexo. Se este negasse totalmente a ideia de monarquia, que sentido faria entroncar as casas régias desde os primórdios da história da Humanidade? Que sentido faria dizer que os monarcas actuais devem valorizar o auxílio dos nobres na Reconquista<sup>13</sup> e agraciá-los com benesses e mercês? Entendemos que no pensamento político petrino se aceita o poder monárquico, mas que se prefere uma concepção minimalista deste. Temos uma ‘concepção aristocrática do poder’, legitimada no sangue e no nascimento, mitificando um passado que é transportado para o presente; transnacional, cujo eixo é esse goticismo cavaleiresco que reivindica a posse da terra por quem a conquista; e anti-centralista, admitindo a monarquia, mas reivindicando poder governativo e controlo para os magnates (que devem estar unidos sob a égide da amizade).

Em virtude disto, o autor remete o auge dos valores aristocráticos (Martim Sanches, o símbolo disso) para o período *ante quo* do reforço do poder monárquico (começado em Afonso II e arrancado em Afonso III), que por outro lado contribuiu para a queda dessa nobreza-cavaleira. Mas não só. A aristocracia não é isenta de culpa, pela perfídia e *vindictas* pessoais, levando à queda de Sancho II e, com ele, da velha sociedade feudal. Claro que D. Pedro ‘desconstrói’ a imagem de *rex inutilis* de Sancho II, para também poder construir o fim de um modelo de sociedade e criticar os monarcas centralizadores (lembre-se o papel de Afonso II no embate com Martim Sanches). Há um homem que escreve e que se identifica com os valores de uma velha aristocracia enterrada no passado, com consciência da tradição, do sangue e da lealdade, alertando os seus contemporâneos para a necessidade de se unirem e resistirem face à queda de um código ideológico-valorativo que (ainda?) os identifica.

O pensamento filosófico-político do Conde de Barcelos é complexo e, por vezes, pode parecer contraditório. Ora mitifica os valores cavaleirescos e procura diminuir o poder monárquico, como critica a traição ao rei e culpa os fidalgos pela queda de uma velha ordem do cosmos. No entanto, é isso que tanto atrai numa obra como o *Livro de Linhagens*: o símbolo, o código, a construção, a inconstância, o talento, a humanidade.

---

<sup>13</sup> Para termos uma ideia de como este argumento é falacioso e remete para um passado mitificado pela nobreza, veja-se o icónico trabalho “Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade” de José Mattoso (incluído em Mattoso 2001, 259-271).

## Obras citadas

### Fontes impressas

*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica por José Mattoso. *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II (tomos 1 e 2). Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

### Bibliografia

Calderón Medina, Inés. *Cum Magnatibus Regni Mei: La nobleza y la monarquía leonesas durante los reinados de Fernando II y Alfonso IX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011.

Fernandes, Hermenegildo. *D. Sancho II: A Tragédia*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

Ferreira, Maria do Rosário. “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”. *e-Spania* 11. <http://e-spania.revues.org/20273>.

Ferreira, Maria do Rosário. “«Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha». Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”. *Cahiers d’Etudes Hispaniques Médiévales* 35 (2012): 93-122.

Ferreira, Maria do Rosário. “D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico”. *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV (Em memória de Diego Catalán)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. 81-106.

Freitas, Judite Gonçalves de. *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Óbidos: Alétheia Editores, 2011.

Mattoso, José. “A Nobreza Medieval Portuguesa – a família e o poder”. *Obras Completas*. Vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

Mattoso, José. “Introdução: Legitimação e Linhagem”. *e-Spania* 11. <http://espania.revues.org/20258>.

Moreira, Filipe Alves. *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

Oliveira, António Resende de. “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos”. *e-Spania* 11. <http://e-spania.revues.org/20374>.

Ron Fernández, Xavier. “Carolina Michaëlis e os trovadores representados no Cancioneiro da Ajuda”. *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoje*. Coord. Mercedes Brea. Santiago de Compostela: Centro Ramon Piñeiro, 2005. 121-188.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia Medieval (séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 40.2 (2010): 889-924.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

Vilar, Hermínia Vasconcelos. *D. Afonso II: Um Rei Sem Tempo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.